

A PONTUAÇÃO NUM *CORPUS* JORNALÍSTICO PORTUGUÊS E BRASILEIRO: O CASO DO DISCURSO CITADO

Cristina Maria de Sousa Nunes
Universidade de Évora
crisnunes@portugalmail.com

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo identificar os sinais de pontuação usados na imprensa brasileira e na portuguesa para assinalar as “declarações textuais” reproduzidas pelos jornalistas. Com tal objetivo, serão analisados 284 textos jornalísticos de diferentes géneros – notícias, reportagens e entrevistas –, publicados em oito jornais, quatro brasileiros e quatro portugueses, reunidos durante os meses de janeiro e fevereiro de 2012. A análise demonstrará a existência de diferentes “soluções” pontuacionais à disposição dos jornalistas para, ao citarem palavras de outrem, manifestarem objetividade e autenticidade perante o leitor.

PALAVRAS-CHAVE: pontuação; declaração textual; jornais; Brasil; Portugal

ABSTRACT:

This paper aims at identifying the punctuation marks used in Brazilian and Portuguese press to signalize “inline quotations” reproduced by journalists. This goal will be fulfilled through the analysis of 284 journalistic texts of different kinds – news, reports and interviews – published in eight newspapers, four of which Brazilian and four of which Portuguese, gathered during January and February 2012. The analysis will demonstrate the existence of different punctuation solutions available to journalists, enabling them to convey their objectivity and authenticity to the reader when quoting someone else’s words.

KEYWORDS: punctuation; inline quotation; newspapers; Brazil; Portugal

Introdução.

A pontuação é um aspeto muitas vezes “desprezado” e maltratado por quem escreve, não obstante ser objeto de estudo nas escolas portuguesas e brasileiras. É frequente encontrarem-se desvios em relação às normas e convenções estabelecidas em textos pessoais e públicos, vindos à luz nos mais diversos suportes.

O facto de poucos sinais de pontuação serem regidos pela norma, decorrendo o uso da maioria da intenção comunicativa ou da interação entre quem escreve e quem lê, poderá explicar alguns desses “erros”. Por outro lado, no entender de alguns autores, existem diferentes estilos de pontuação¹ e flutuação no modo de pontuar um texto, em consequência da existência de diferentes sistemas pontuacionais ao longo dos tempos, das particularidades históricas que envolveram tanto a escrita como a pontuação e da “ambiguidade resultante do facto de [a pontuação] ser um sistema plantado na confluência entre a fala e a escrita” (ROCHA, 1998).

Embora já existam alguns estudos sobre a pontuação em Portugal e no Brasil, desconhecem-se trabalhos mais abrangentes que englobem, simultaneamente, o estudo da pontuação nos dois países, no momento em que tanto se fala da necessidade de instaurar uma política linguística comum aos países falantes de um dos dez idiomas mais falados em todo o mundo.

Se as unidades pontuacionais são importantes para o leitor aceder aos sentidos que o autor de um texto pretendeu transmitir² e se, na opinião de Cacht (1998, p. 32), a pontuação pertence ao emissor, ao transmissor e ao leitor, fará todo o sentido estudar os usos pontuacionais ocorrentes num dos meios de comunicação impressos – os jornais –, importantes veículos de comunicação, transmissores de informações e mensagens dirigidas a um público leitor, que se vê influenciado pelo que neles foi escrito e através do modo como foi escrito.

1 No artigo “Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação”, Iúta Rocha (1998) faz referência ao estilo oral (pontuação prosódica) e ao estilo escrito (pontuação gramatical) de pontuar, intimamente ligados ao tipo de leitura predominante em cada época, leitura em voz alta e leitura silenciosa (visual), respetivamente.

2 Todos conhecem os exemplos tradicionais que justificam a importância da pontuação na construção do sentido de um enunciado. São ilustrativos o caso do testamento não pontuado deixado por um homem rico – *Deixo os meus bens a minha irmã não a meu sobrinho jamais será paga a conta do alfaiate nada aos pobres* –, que vai sendo pontuado de forma diferente consoante o interessado; a história de Salazar, que entrou numa sala de aula e viu escrita no quadro uma frase que o deixou furioso – *Queremos Salazar morto não faz falta ao país*; a diferente pontuação da frase *Se o homem soubesse o valor que tem a mulher andaria de quatro à sua procura.*, de acordo com o sexo de quem pontua.

Por outro lado, pontua-se de forma diferente consoante o género textual. A pontuação de um texto publicitário ou de um texto poético afastar-se-á da pontuação de qualquer outro tipo de texto. Deste modo, vão sendo criados, ao longo dos tempos, novos estilos de pontuar, e as referências existentes vão sendo paulatinamente alteradas. E, quanto às práticas pontuacionais patentes nos diferentes textos jornalísticos, seguirão estas a norma linguística ou um estilo próprio? Poderão os textos jornalísticos e os seus autores influenciar os seus leitores nas suas práticas pontuacionais? Foram estas as questões que levaram à constituição de um *corpus* de textos jornalísticos de diferentes naturezas.

O presente artigo tem como objetivo identificar os sinais de pontuação usados na imprensa brasileira e na portuguesa para assinalar as declarações textuais usadas pelos jornalistas para confirmar as suas palavras, criando um efeito de objetividade e de autenticidade. Por “declaração textual” entender-se-á qualquer opinião ou frase de um enunciador citado por outro enunciador (jornalista) no contexto da atividade da imprensa escrita.

Este objetivo será levado a cabo por meio da análise de 284 textos jornalísticos de diferentes géneros – notícias, reportagens e entrevistas –, publicados em oito jornais, quatro brasileiros (*Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Estado de S. Paulo* e *Lance!*) e quatro portugueses (*Correio da Manhã*, *Record*, *Público* e *Diário Económico*), recolhidos ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2012 e, posteriormente, digitalizados para ficheiros de “textos simples”, com recurso a um sistema OCR (*Optical Character Recognition*). Seguidamente, proceder-se-á à análise dos dados recolhidos, com recurso a aplicações informáticas, para caracterização e cálculo do número de ocorrências das unidades pontuacionais presentes nas citações.

Prevê-se que o estudo do *corpus* permita, em primeiro lugar, identificar o(s) subsistema(s) pontuacional(is) usado(s) no Brasil e em Portugal para delimitar as declarações textuais. Em segundo lugar, espera-se descrever as práticas pontuacionais efetivas nesses jornais, demonstrando-as quantitativa e qualitativamente com base em aplicações informáticas, uma criada para o efeito e outra designada “Notepad ++”, o que possibilitará pôr de manifesto não só as coincidências e as divergências entre a teoria dos livros ou manuais de estilo como também entre cada jornal e entre cada país.

1. Breve história da pontuação e das suas funções.

A pontuação costuma ser atribuída a uma invenção tardia de Aristófanes de Bizâncio, gramático alexandrino (257-180 a. C.), e um dos principais

membros da Academia de Alexandria, onde também exerceu como diretor da Biblioteca. Este autor terá criado um sistema de pontuação composto por três unidades – o ponto ao alto, o ponto ao meio e o ponto em baixo³ –, correspondentes a uma pontuação que podia ser forte, média e fraca, e cuja regras eram fixas. Este sistema não foi, todavia, aplicado regularmente por ser considerado um luxo, visto que os textos eram escritos para serem recitados oralmente. Assim, na sua gênese, a pontuação cumpria uma função prosódico-entoacional, constituindo as unidades pontuacionais instrumentos auxiliares da leitura em voz alta, destinada a uma comunidade de ouvintes, e servindo para assinalar os lugares onde o leitor deveria descansar ou respirar durante a leitura. Além de recorrerem aos *stigmai* (unidades de pontuação), Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia (220-143 a. C.) utilizaram igualmente os *semeia*, a saber, os sinais críticos – obel, asterisco, *sigma* e *antissigma* – e os *prosodiai*, vale dizer, diacríticos com função de acento.

Por sua vez, os Romanos, que adotaram dos Gregos a leitura em voz alta e a *scriptio continua*, não sentiam menos dificuldades que estes na leitura, fosse por ausência, fosse por limitação dos signos complementares. Relativamente à pontuação praticada pelos Latinos, existem informações muito distintas, senão contraditórias. Para uns⁴, ela seria já usada pelos copistas para resolver dificuldades de leitura; para outros⁵, os textos antigos ou dispensavam a pontuação ou não estavam corretamente pontuados. No entanto, a literatura refere vários sinais de pontuação que seriam utilizados esporadicamente: o *ponto*, o mais frequente, com as funções de indicador de abreviatura, delimitador de uma letra destacada, num texto teórico, de indicativo de rasura e de separador de sílabas ou palavras; o *branco*, o *travessão*, o *hifen*, o *traço de união*. Mas o sistema grego baseado em três pontos foi igualmente aproveitado pelos Romanos⁶,

3 Este sistema de três pontos era composto pelo “ponto ao alto”, colocado na parte superior da linha, cujo valor era idêntico ao *ponto* atual, para indicar que a oração estava completa; pelo “ponto em baixo”, colocado na parte inferior da linha, equivalente ao *ponto e vírgula* e aos *dois pontos*, para assinalar pausa e incompletude oracional; pelo “ponto ao meio”, colocado na parte média da linha, equivalente à *vírgula*, indicador de uma pequena pausa para respirar (MARTÍNEZ DE SOUSA, 1998, pp. 65-66).

4 Para mais informações, vide: Françoise Desbordes (1990, pp. 228-229; 234-247), que confirma a prática pontuacional entre os Romanos. Nina Catach (1994, p.12) corrobora esta teoria e apresenta várias referências bibliográficas relacionadas com a prática pontuacional na Antiguidade Clássica.

5 Segundo Martínez de Sousa (1998, p. 65), os manuscritos latinos mais antigos não apresentavam pontuação, sendo esta usada de forma muito irregular.

6 A representação gráfica dos pontos é mantida, diferindo apenas a sua designação. A pontuação

responsáveis pela sua expansão na alta Idade Média. Nesta época foram-lhe introduzidas algumas alterações, embora estas se prendessem mais com o plano da “figura” e do “nome” do que com a sua função.

Na Idade Média, importa destacar a influência da doutrina pontuacional de Santo Isidoro de Sevilha, que teve repercussão entre os séculos VII e IX, não só na Península Ibérica como também no resto da Europa. O autor das *Etimologias* aumenta o número de unidades pontuacionais, acrescentando aos *positurae* ou sinais de pausa – o tradicional sistema dos três pontos (*cola*, *commata* e *períodos*)⁷ –, as *notas sententiarum*, anotações críticas utilizadas originariamente em poemas e textos narrativos para chamar a atenção do leitor, e, ainda, os sinais de acentuação e de aspiração. Ao contrário dos *positurae*, as *notas sententiarum*, em número de vinte e seis⁸, não têm influência no sentido do texto. Algumas tornaram-se verdadeiras unidades pontuacionais, como o parágrafo, o travessão (*obelos*), o *diple* ou sinal de citação e o asterisco. Os

forte [°] é representada pelo ponto alto (*teleia* ou *stigmè*), dos Gregos, e pela (*plena*) *distinctio*, dos Romanos; a pontuação média [•], pelo ponto médio (*messè*), dos Gregos, e pela *distinctio media*, dos Romanos; a pontuação fraca [.], pelo ponto baixo (*upostigmè*), dos Gregos, e pela *subdistinctio*, dos Romanos (CATACH, 1994, p. 14).

7 Estas designações referem-se, simultaneamente, às unidades pontuacionais e às unidades sintáticas que estas delimitam: “Los signos de puntuación sirven para ir delimitando el discurso hablado por medio de *cola*, *commata* e *períodos*, que, siguiendo unas reglas, nos ponen de manifiesto el de lo escrito. Dichos signos se llaman *positurae*, porque son anotados poniendo (positis) puntos, o porque allí donde están colocados, la voz “reposa” un momento como señalando una pausa [...] El primer signo de puntuación es el *punto bajo*, llamado *subdistinctio*, y *comma* en latín. El segundo es el *punto medio*, conocido como *distinctio media* y *cola*. Por último, el *punto alto* – *distinctio ultima* o *período* –, que cierra toda oración. [...] Así, al comienzo de la frase, cuando ésta no posee todavía sentido completo, pero se tiene necesidad de respirar, nos encontramos con una *comma* que divide la frase; el punto se coloca siempre detrás de la última letra, en la parte baja; precisamente por eso a la *comma* se le da el nombre de *subdistinctio*. [...] Cuando, a medida que progresa la oración, va aflorando el sentido, pero todavía falta algo para que éste sea completo, se produce un *colon*, que notamos con un punto a la altura media de la letra. Lo llamamos *distinctio media*, por ir situado el punto tras la letra, a media altura. Cuando en nuestro discurso hablado hemos llegado al final de la frase, nos encontramos con un *período*, y colocamos un punto detrás de la última letra, en la parte alta; y lo llamamos *distinctio*, esto es, separación, porque separa una oración completa” (SEVILHA, 1993, p. 309).

8 Eis a designação das várias *notae sententiarum* identificadas por Santo Isidoro: *asterisco*, *obelos*, *obelos sobrepontado*, *lemnisco*, *antígrafo pontado*, *asterisco obelado*, *parágrafo*, *positura*, *crifia*, *antisimma*, *antisimma pontada*, *diple*, *diple peristichon*, *diple periestigmène*, *diple obolismène*, *diple volta obolismène*, *diple contraria obelada*, *diple supra obelada*, *diple recta e contraria supra obeladas*, *ceráunio*, *crisímon*, *phrontis*, *âncora superior*, *âncora inferiro*, *corona* e *âlogo* (SEVILHA, 1993, pp. 309-313).

dez sinais de acentuação e de aspiração⁹ são utilizados pelos gramáticos para estabelecer distinções nas palavras.

Apenas na parte final da Idade Média as unidades pontuacionais se vão multiplicar, adquirindo então a pontuação uma nova função – a lógico-gramatical –, que viria a consolidar-se ao longo do Renascimento, período durante o qual começam a ser publicadas listas de unidades pontuacionais, acompanhadas de prescrição quanto ao seu uso. É ainda na Idade Média que se regista um marco decisivo na história da pontuação – o aparecimento da imprensa no final do século XV. É a partir deste momento que a pontuação, usada até então heterogeneamente por escribas, copistas e pedagogos, se generalizou como parte integrante do sistema gráfico. A contribuição dos humanistas, que procuravam uma maior distinção entre os elementos constitutivos das “sentenças”, foi muito importante para a renovação do repertório geral de pontuação. Esses autores vão influenciar diretamente os primeiros impressores, eles próprios humanistas em alguns casos, sendo os seus impressos considerados verdadeiros modelos para as gerações seguintes de gramáticos, escritores e corretores.

Este processo de generalização da pontuação como parte integrante do sistema gráfico culminará no século XVII, momento em que ocorre uma intensa normalização da pontuação, decorrente da necessidade de uniformização da imprensa, da “popularização” desta e da conseqüente extensão da leitura a públicos cada vez mais alargados, o que modificaria, inevitavelmente, a conceção de leitura que, gradualmente, deixa de ser em voz alta para passar a ser silenciosa, intelectualizada ou visual¹⁰.

Já no século XVIII, o uso das unidades pontuacionais mais comuns – *vírgula*, *ponto e vírgula*, *dois pontos*, *ponto*, este último apenas em final de parágrafo – obedecia a algumas considerações (BEAUZÉE, 1765, p. 16), nomeadamente, a proporção entre distintos tipos de pausas, dependendo esta da combinação de três princípios fundamentais: primeiro, a necessidade de respirar; segundo, a distinção de sentidos parciais que constituem o discurso; terceiro, a destrição entre graus de subordinação, necessária a alguns destes sentidos parciais no conjunto do discurso. Os demais sinais – *parêntesis*, *reticências*, *aspas*, *alínea*,

9 Denominados *oxeia*, *bareia*, *perispoméne*, *macros*, *brachys*, *hyphén*, *diástole*, *apóstrofo*, *daseia* e *psilé*.

10 Estudos que recorrem ao “eye tracking” ou movimento ocular, em que se procede ao “registo dos comportamentos oculares durante a perceção visual de um estímulo, analisando, por exemplo na leitura, o tempo de leitura de uma palavra ou de uma região de frase [...]”, como o de Paula Luegi, Maria Armanda Costa e Isabel Hub Faria (2007, pp. 431-445), confirmam que a supressão dos sinais de pontuação pode criar problemas na compreensão de um texto.

pontos de interrogação e de exclamação – eram tratados de forma separada, na maioria dos casos. Entre outros valores, os *dois pontos* eram utilizados como sinal de separação com força intermédia entre o *ponto e vírgula* e o *ponto*, tendo ainda um uso diferente do atual.

Em 1873, é publicado o *Traité de Ponctuation*. Ao introduzir os *pontos condutores*, o *hífen*, o *travessão*, as *aspas*, os *colchetes*, a *alínea*, o *apóstrofo*, o *et caetera*, o *asterisco*, o *parágrafo*, o *sublinhado* e a *chave*, Ricquier, o seu autor, veio enriquecer a lista das unidades pontuacionais. As regras para a sua utilização baseavam-se, preferencialmente, na sintaxe e, em menor grau, em critérios semânticos e prosódicos. Interessa ainda sublinhar que, no século XIX, os profissionais da imprensa conheciam melhor o sistema pontuacional em vigor que os próprios autores dos textos impressos. Estes últimos não se preocupavam com a pontuação, deixando-a ao critério dos seus impressores. Por outro lado, a pontuação dos editores é abundante: multiplicam as vírgulas, corrigindo os autores e alterando, por vezes, o significado das obras.

Estabilizado o processo de “configuração” da lista básica das unidades pontuacionais, só na década de 70 do século XX, a pontuação veio a integrar o sistema gráfico das línguas, além de se ter tornado um verdadeiro objeto de estudo científico.

1.1. Pontuação e “declaração textual”: breve retrospectiva histórica.

Se a pontuação é uma invenção tardia, as principais unidades pontuacionais usadas para assinalar uma declaração textual – *aspas*, *travessão*, *dois pontos* – encontram-se entre as últimas a serem incorporadas aos sistemas pontuacionais criados, por vários autores, ao longo dos tempos. Incluído no quarto subconjunto proposto por Nina Catach (1994, *passim*), grande teorizadora da pontuação, o *itálico* é uma invenção do tipógrafo italiano Aldo Manúcio. Compreendido entre as unidades tipográficas “associadas” (CATACH, 1994, *passim*), entre os séculos XVI-XVIII, o *itálico* serviu para destacar as citações ou palavras de outrem.

Numa breve retrospectiva, Cunha e Arabyan (2004, pp. 37-39) fazem referência a um sinal de pontuação do discurso direto, presente no mais antigo testemunho arqueológico respeitante à literatura grega – o *paragraphos* –, espécie de *travessão* colocado sob a primeira letra de cada réplica, assinalando a alternância das vozes. Com poucas modificações, este *travessão* terá sido transmitido pela tradição ao século XV, sendo anteriormente reencontrado no século IX no mais antigo manuscrito conhecido das obras de Platão, colocado à margem do texto para marcar a alternância dos locutores, acompanhado

nessa função pelos dois pontos. Na alta Idade Média, Santo Isidoro de Sevilha recorre, nas suas *Etimologias*, à marcação das seguintes unidades: parágrafos; *simplex ductus* [—], para separar réplicas, substituindo o *paragraphos* nessa função; *gamma*, sinal de abertura colocado na linha ou na margem do texto; e *positura*, sinal de fecho, assinalando estes dois últimos as citações, valor que, no entender de Cunha e Arabyan (2004, p. 39), constitui “simultaneamente um enquadramento e uma sinalização”¹¹. Encontram-se na origem das aspas atuais.

Contudo, em virtude da centralidade atribuída ao sistema dos três pontos retomado e adaptado da Antiguidade Clássica, ao longo da Idade Média o discurso direto e as citações deixam de ser pontuadas de forma específica. As réplicas passam a ser delimitadas pelo ponto e pela vírgula, por um par de vírgulas ou, ainda, por uma maiúscula e uma vírgula e frequentemente antecedidas por verbos *dicendi*.

Já no século XVI, aparece pela primeira vez em *La manière de bien traduire d’une langue en aultre*, de Étienne Dolet, publicada em 1540, uma tentativa de descrever dois *meios círculos* para “adição” ou inserção, que são o antecedente das aspas atuais. Na época, esta obra tornou-se a “bíblia” dos impressores, integrando um tratado intitulado *La punctuation de la langue françoise*, no qual a pontuação é descrita como uma “prática universal”, sendo, por isso, a sua teoria aplicável a todas as línguas. A referência à unidade pontuacional *meo circulo* surge também na *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão (1576). As aspas constam do segundo subsistema pontuacional proposto por este ortografista, sendo preceituado o uso deste pontema para as funções consignadas às aspas atuais. Os sucessores seiscentistas de Nunes de Leão, a saber, Álvaro Ferreira de Vera (*Orthographia*, 1631) e Bento Pereira (*Regras*, 1666)¹², referem-se igualmente a esta unidade, com as funções acima mencionadas. Por sua vez, o gramático João Franco Barreto inclui uma unidade semelhante no sistema pontuacional (1671), atribuindo-lhe, todavia, uma designação diferente – *antigrapho*. Contudo, talvez devido a limitações técnicas dos impressores, o uso desta unidade não se concretiza na prática pontuacional das obras dos gramáticos aqui referidos, apenas se generalizando no decurso

11 Tradução nossa.

12 O título completo destas obras é, respetivamente, *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portuguesa. Com hum tratado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina* (1631); *Regras gerais, breves e comprehensivas da melhor Orthografia com que se pôdem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portuguesa. Para se ajuntar à Prosodia: Ordenada pelo Author della (...). Aprovadas por Varoës peritissimos em huma & outra língua* (1666).

do século XVIII. Em alternativa, para transcreverem citações, os impressores optam por recorrer ao itálico ou letra cursiva.

Uma unidade semelhante é referida no *Tratado elementar da pontuação da lingua portugueza ensinada por meio de exemplos extrahidos dos melhores clássicos*, da autoria do conselheiro José Felicidade de Castilho e publicado no Rio de Janeiro em 1870. Nesta obra, são citadas umas “*virgulas dobradas* (») que se põem á esquerda de todas as linhas de um discurso citado, afim de o distinguir do principal” (CASTILHO, 1870, p. 8).

O travessão, cuja origem, segundo Catach (1994, *passim*), se pode encontrar no século XVII, tendo como função mais importante, desde esse período, assinalar o diálogo, não é descrito nas já referidas obras dos séculos XVII a XIX.

Nas obras gramaticais dos séculos XVI e XVII, os dois pontos são já prescritos para introduzir citações e o discurso direto, após os quais vinha uma letra capital. Esta prática generaliza-se, gradualmente, ao longo do século XVII, não obstante os dois pontos manterem ainda uma função delimitadora média, cujo uso dependia da extensão do enunciado.

2. Pontuação e declaração textual nos “manuais de redação”.

De uma forma geral, fala-se na existência de uma linguagem¹³ e um estilo jornalísticos, que se caracterizam por simplicidade de vocabulário e de linguagem, com frases curtas e pouca adjetivação, a fim de permitir o acesso da informação a qualquer tipo de leitor; concisão, pois tenta-se dizer o máximo no menor número possível de palavras; e vivacidade, para cativar o interesse e a atenção do leitor.

No *Manual de Redação do Estado*¹⁴ (MARTINS, 1997¹⁵), apela-se à reprodução de declarações textuais como valorização do texto, mostrando ao leitor a preocupação do jornalista na recolha de “opiniões ou frases originais, expressivas, marcantes, de efeito ou espirituosas”. Assim, “o leitor tenderá a confiar mais nas informações que lhe estão sendo transmitidas (não é só o re-

13 Traquina fala mesmo em “jornalês”, termo que corresponde a uma linguagem jornalística com as suas próprias regras estilísticas: sintaxe direta e concisa, palavras concretas, uso da voz ativa, descrição detalhada e precisão de pormenor (2001, p. 85).

14 Apesar de os “manuais de redação” analisados prescreverem regras próprias para a citação dos jornais a que estão ligados – **Folha**, **Estado** e **PÚBLICO** –, recorreu-se ao itálico para uniformizar os critérios de citação dos oito jornais.

15 Por estarem disponíveis na WEB, este manual não se encontra paginado, bem como os da *Folha* e do *Público*.

pórter que está dizendo aquilo; outra pessoa está confirmando a informação)”. Todavia, convém não abusar do recurso às declarações textuais, as quais deverão ser delimitadas por aspas duplas. São ainda sugeridas algumas recomendações práticas acerca deste recurso, nomeadamente: o seu uso a cada um ou dois parágrafos; a limitação a apenas uma frase entre aspas na transcrição (apenas na transcrição de trechos de discurso, documentos oficiais e outros do género será permitida a inclusão de mais de uma frase entre aspas); a colocação desta unidade dupla em abertura de notícias ou reportagens somente quando a sua importância o justificar; a abertura e fecho de aspas sempre que as declarações forem truncadas; a abertura deste *pontema*¹⁶ unicamente no começo e no fim do texto, e não a cada início de parágrafo, na “transcrição de integras, documentos, discursos e outros similares”. Por sua vez, as aspas simples servem para “marcar a frase, expressão ou palavra de um texto que já esteja entre aspas [duplas]” (MARTINS, 1997). Em casos excepcionais, nos títulos é também possível o uso deste *pontema*. Nos diálogos, é preferível o uso de travessões. Entre os usos do itálico, não se encontra nenhum ligado às declarações textuais.

No *Novo Manual de Redação da Folha* (1996), publicado *online*, acentua-se igualmente o facto de a reprodução de declarações textuais conferir credibilidade à informação, fornecer “vivacidade à reportagem e ajuda[r] o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia”. No entanto, limita-se essa reprodução às “frases mais importantes, expressivas e espontâneas”, às “afirmações de grande impacto, por seu conteúdo ou pelo carácter inusitado que possam ter”, uma vez que “quanto menos usado o recurso da declaração textual, mais valor ele adquire”. As declarações textuais devem ser delimitadas por aspas duplas, ainda que se trate de diálogo, sendo que o travessão não deve ser usado para substituir ou reforçar aspas. Por sua vez, o uso das aspas simples é possível dentro de uma declaração já delimitada por aspas duplas, mas deve ser evitado quando seguido destas últimas. Por economia de espaço, nos títulos admite-se a substituição das aspas duplas pelas simples.

16 Designação atribuída por Catach às unidades pontuacionais (1980, p. 21). Segundo a autora, estas unidades, detentoras de um signo material e de uma função ou valor, recebem a designação de *pontemas*, vale dizer, “graphèmes purement plérémitiques, non décomposables en unités de rang inférieur, et à caractère discret” (TOURNIER, *apud* DRILLON, 1991, p. 126). As unidades pontuacionais são, ainda, signos gráficos discretos e não pronunciados (PERROT, *apud* ROCHA, 1997, p. 11). Possuem, além disso, um carácter paradigmático, pois pode seleccionar-se, para um dado ponto do enunciado, um de entre vários *pontemas*, quando estes são alternativos. Outra característica do *pontema* é o seu carácter suprasegmental, visto conferir valores e sentidos variados a um vasto segmento do enunciado gráfico, não se cingindo à letra nem à palavra isolada à qual se segue.

No *Livro de Estilo*, de o *Público* (1998), alerta-se, ainda, para a necessidade de as transcrições deverem “ser sempre curtas, resumindo as frases mais importantes, expressivas e espontâneas do entrevistado”, visto que o excesso de citações empobrece um trabalho jornalístico. A existência de uma citação de vinte em vinte linhas ao longo de um artigo fã-lo-á ganhar “autenticidade e interesse”. Por outro lado, afirma-se que as declarações textuais, sempre verídicas e identificadas, não deverão ultrapassar os duzentos caracteres num texto “corrido”, sendo circunscritas por aspas. É preferível o uso de “uma intercalar – entre travessões, ou entre vírgulas fechando aspas antes e abrindo-as de novo depois –, na referência ao entrevistado, para não fazer a atribuição do discurso direto sempre no fim da citação”. Por outro lado, as citações devem ser evitadas no “lead”, a não ser que derivem de “fontes de autoridade indiscutível”. À semelhança dos manuais de redação dos jornais brasileiros, o *Livro de Estilo*, de o *Público*, prescreve a eliminação de repetições ou palavras próprias da linguagem oral, desde que irrelevantes. As *plicas* (ou “comas simples”) são usadas quando, num excerto entre aspas, se insere outra citação, um título ou expressão. No *Público*, “as aspas, por razões técnicas, substituem o itálico” (1998).

Do acima exposto, pode depreender-se que, não obstante as conformidades ideológicas destes “manuais” sobre as declarações textuais, são propostas diferentes soluções teóricas no que toca à pontuação. Concordam os “manuais” em que as aspas duplas sejam usadas na delimitação das declarações textuais ou citações, circunscrevendo-se o uso das simples, por um lado, à identificação de declarações dentro de outras declarações e, por outro lado, aos títulos. Contudo, enquanto o “manual” da *Folha* proíbe, terminantemente, o uso do travessão para substituir ou reforçar o uso das aspas, os do *Estado* e do *Público* aceitam-no e prescrevem-no para intercalar os autores das declarações e, inclusive, para assinalar os diálogos no primeiro caso.

2.1. A pontuação e a entrevista nos “manuais de redação”.

Segundo o *Novo Manual da Redação da Folha*, nas páginas deste jornal são preferidas as entrevistas em estilo indireto. No entanto, a entrevista “pingue-pongue”¹⁷ pode ser escolhida quando se pretende evidenciar o entrevistado ou as suas afirmações. Esta entrevista, publicada na forma de perguntas e respostas,

¹⁷ Designação da entrevista tradicional na forma de pergunta e resposta (referência no *Novo Manual de Redação da Folha*).

deve conter um texto introdutório, em itálico, com notas contextualizadoras. Separada do texto introdutório por uma estrela, a parte central da entrevista deverá ser “uma transcrição fiel, mas sempre completa, da entrevista”. Segundo as “normas técnicas”, cada pergunta será antecedida pelo nome do jornal, ao passo que a primeira resposta sê-lo-á pelo nome completo do entrevistado (nas restantes, basta o nome por que o entrevistado é mais conhecido); as perguntas e o nome do entrevistado devem ser editados em negrito e itálico, ao contrário das respostas, “em texto redondo e normal”. Facto curioso é a prescrição do hífen, também a negrito e em itálico, para separar o nome do jornal e o nome do entrevistado na primeira pergunta e resposta. A explicação para esta regra estará relacionada com a proscricção terminante do travessão para substituir ou reforçar as aspas.

No *Livro de Estilo do Público*, anuncia-se o “modelo editorial” da entrevista: deve abrir com um pequeno texto introdutório, até quatrocentos caracteres, pormenorizando as circunstâncias da entrevista. As perguntas devem ser destacadas a negro, e as respostas, “a fino”. A primeira pergunta será antecedida pelo nome do jornal em maiúsculas (ou “caixa alta”), seguido de travessão, assim como a primeira resposta, antecedida pelo nome do entrevistado por extenso. As restantes perguntas e respostas serão antecedidas por travessão e pela inicial de pergunta e resposta (P. e R.).

3. Pontuação e declaração textual em jornais brasileiros e portugueses.

O presente estudo focou-se na análise das unidades pontuacionais usadas em quatro diários brasileiros e outros quatro portugueses. Com base em critérios previamente definidos¹⁸, foram selecionados, para o contexto brasileiro,

18 O primeiro critério usado para os jornais portugueses foi o *ranking*, relativo a 2010, dos jornais diários (pagos) com maior circulação, publicado pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT). Importa esclarecer que a APCT apenas se limita a publicar uma lista com os números das tiragens e das vendas de cada publicação. O dito *ranking* foi organizado com base no cálculo do número de exemplares em circulação nos seis bimestres do ano de 2010. Foram excluídos os jornais de distribuição gratuita, por razões óbvias, e os jornais regionais e semanais. A escolha do ano de 2010 justifica-se pelo facto de os dados relativos a 2011 não serem conhecidos à data em que foi iniciado o presente estudo. Na seleção do *corpus* brasileiro foi feita uma tentativa de aplicação dos mesmos critérios. Contudo, uma vez que a realidade geográfica do Brasil não é comparável à portuguesa, tornou-se difícil seguir à letra os critérios delineados para o *corpus* nacional. Em primeiro lugar,

a *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (GLO), *O Estado de S. Paulo* (ESP) e o jornal desportivo *Lance!* (L!) e, para o contexto português, o *Correio da Manhã* (CM), o *Público* (PUB), diários generalistas, o *Diário Económico* (DE), de pendor económico, e o *Record* (REC)¹⁹, jornal desportivo.

Foram analisados 284 textos jornalísticos, publicados todas as terças-feiras ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2012²⁰. A recolha semanal contemplou, em cada jornal, duas notícias, uma reportagem e uma entrevista. Das 213 notícias e reportagens analisadas, apenas 32 (15,02%) não integravam declarações textuais destacadas graças a qualquer marca de pontuação, como se observa no quadro n.º 1 *infra*.

Jornais	Notícias		Reportagem		Total	
	Presença	Ausência	Presença	Ausência	Presença	Ausência
FSP	15	3	8	1	23	4
ESP	17	1	8	1	25	2
GLO	12	6	9	0	21	6
L!	14	4	6	3	20	7
CM	12	6	9	0	21	6
PUB	18	0	9	0	27	0
DE	13	3	8	0	24	3
REC	15	3	8	1	23	4
Total	116	26	65	6	181	32

Quadro 1: Quantificação das notícias e reportagens com declarações textuais.

foram consultados os dados oficiais das vendas de jornais no Brasil, em 2010, divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC). Neste *ranking*, as dez primeiras posições são ocupadas por jornais generalistas, cinco dos quais se enquadram numa linha mais popular, e oito são de circulação estadual. Apenas os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* têm circulação nacional. Deste modo, o critério de seleção exclusiva de jornais nacionais, e conseqüente exclusão de jornais “regionais”, não pôde ser aplicado na constituição do *corpus* brasileiro. Por outro lado, e por razões que se prendem com o dispositivo de recolha dos exemplares dos jornais impressos a analisar, não nos foi possível ter acesso aos jornais de cariz mais popular, como o *Super Notícia* e o *Extra*, em circulação em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, respetivamente. Pelo mesmo motivo, apenas conseguimos que a recolha contemplasse um diário desportivo especializado, o *Lance!*, do Rio de Janeiro, que ocupa a décima primeira posição entre os jornais mais vendidos em 2010.

19 Sempre que se justificar, os jornais serão referidos de maneira abreviada, a saber, *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (GLO), *O Estado de S. Paulo* (ESP), *Lance!* (L!), *Correio da Manhã* (CM), *Público* (PUB), *Diário Económico* (DE) e *Record* (REC).

20 Uma vez que o dia 21 de fevereiro correspondeu ao Carnaval, nesse dia o *Diário Económico* não teve edição em virtude do fecho dos mercados financeiros, o que explica o número 284.

Comparando os quatro jornais brasileiros, verifica-se que apenas 19 das 108 notícias e reportagens não contemplam declarações textuais, encontrando-se, nas restantes, soluções pontuacionais divergentes. No jornal *Folha de S. Paulo*, as palavras de pessoas ouvidas pelos jornalistas e repórteres são inseridas entre aspas duplas, seguidas, ou não, de vírgula e dos mais diversos verbos *dicendi* (99 ocorrências²¹). O jornal *O Estado de S. Paulo* (165 ocorrências) opta pelas mesmas soluções e unidades pontuacionais.

A análise dos jornais *O Globo* e *Lance!* permitiu constatar que são usadas outras soluções no que respeita à marcação das declarações textuais: no primeiro, recorre-se ao discurso direto e ao uso do travessão quando as declarações textuais são extensas, seguidas, geralmente, por novo travessão e verbo *dicendi* (54 ocorrências). Desta forma, cada declaração é também integrada em parágrafos diferentes. Foram ainda localizadas 26 ocorrências de declarações apenas antecedidas por um travessão e isoladas em parágrafos. Por vezes, e com maior frequência do que na *Folha* e no *Estado*, os dois pontos são usados em final de parágrafo para abrir a declaração introduzida a seguir, iniciada por travessão (19 ocorrências). Para assinalar as declarações com menor extensão ou truncadas pelo jornalista, nos jornais *O Globo* e *Lance!* recorre-se às aspas duplas (34 ocorrências).

No *Lance!* a primeira solução – declaração isolada em parágrafo único, antecedida por travessão e finalizada por outro travessão e um verbo *dicendi* – é a preferida (37 ocorrências), tendo sido possível identificar, ainda, cinco ocorrências de declarações sem o segundo travessão e verbo *dicendi*. Foram registadas apenas três ocorrências de declarações delimitadas por aspas: duas constituídas por um único vocábulo e a terceira incluída em outra declaração anunciada por travessão. É de referir que, nesta última ocorrência, as aspas são precedidas por dois pontos. Este sinal de pontuação figura, ainda, em quatro situações de final de parágrafo para anunciar uma declaração antecedida por travessão no parágrafo seguinte.

A análise das notícias e reportagens dos jornais portugueses não suscitou grandes novidades quanto às soluções usadas para as declarações textuais. À semelhança dos seus congéneres brasileiros, os jornais portugueses escolhem as aspas duplas para assinalar este recurso, com verbos *dicendi*, precedidos de vírgula, na maior parte das ocorrências. Dos 108 textos jornalísticos publicados

21 Apenas foi contabilizada uma ocorrência por cada conjunto de aspas duplas. Os números ímpares devem-se a situações de “falhas” imputadas aos jornais e a eventuais problemas de impressão / edição.

nos acima referidos jornais portugueses, apenas 13 não integravam declarações entre aspas. A única curiosidade a apontar em relação aos congêneres brasileiros é o maior recurso aos dois pontos para introduzir declarações textuais destacadas com aspas (cf. *Infra* Quadro n.º 2). A segunda solução – declaração textual antecedida por travessão – não ocorre na imprensa portuguesa.

Jornal	Soluções pontuacionais				Total
	Aspas duplas	Dois pontos	Travessão	Aspas simples	
FSP	99	4	-----	1	104
ESP	165	6	-----	0	171
GLO	34	1+19	134 (108 duplos)	0	188
L!	3	1+4	79 (74 duplos)	1	87
CM	80	16	-----	1	97
PUB	265	32	-----	0	297
DE	193	13	-----	0	206
REC	90	22	-----	0	112

Quadro 2: Quantificação das ocorrências por sinal de pontuação.

3.1. Pontuação e entrevista.

No jornal *Estado de S. Paulo*, das nove entrevistas analisadas, sete são do tipo “pingue-pongue”, revestindo-se do estilo indireto as restantes duas. Nestas últimas, a pontuação usada para delimitar as declarações textuais é idêntica à que se encontra nos demais textos jornalísticos: aspas duplas, acompanhadas, ou não, de verbos *dicendi* precedidos por vírgula. Nas entrevistas “pingue-pongue”, as perguntas encontram-se apenas destacadas a negrito, sendo precedidas por um símbolo <•>; a resposta do entrevistado destaca-se graças à “letra redonda”. Nestas entrevistas, o título é uma declaração do entrevistado entre aspas simples²².

Na *Folha de S. Paulo*, encontraram-se três tipos de “entrevista”: quatro “pingue-pongue”, duas em estilo indireto e três “depoimentos” ou “Minha história”. As primeiras seguem fielmente a pontuação prescrita no *Novo Manual*

²² Nas duas entrevistas “pingue-pongue” recolhidas n’ *O Globo*, encontra-se uma solução muito semelhante: pergunta em itálico, antecedida do mesmo símbolo; resposta em letra “redonda”, antecedida do apelido do entrevistado e de dois pontos.

de *Redação da Folha*. Realça-se o facto de o título de três dessas entrevistas integrarem declarações dos entrevistados sem qualquer tipo de pontuação, apenas assinaladas, ou não, pela presença de um verbo *dicendi*. No título da quarta, regista-se uma declaração da entrevistada entre aspas simples. Nas duas entrevistas em discurso indireto, as soluções adotadas para as declarações textuais não introduzem qualquer novidade. Por serem histórias apresentadas na primeira pessoa, os “depoimentos” não apresentam qualquer unidade pontuacional, exceto nas situações em que os declarantes citam afirmações de terceiros.

As “entrevistas” selecionadas a partir do jornal *Lance!*, com o título de “Bate-Bola”, são textos muito curtos, com uma média de quatro perguntas, destacadas mediante negrito e um número. Precedidas de um símbolo, as respostas surgem em letra normal. Apenas uma apresenta um título, que corresponde a uma afirmação do entrevistado, entre aspas simples. Por serem tão concisas, as restantes entrevistas não são encabeçadas por qualquer título, limitando-se à citação do nome e cargo do entrevistado.

Confrontando os quatro diários portugueses, constata-se soluções muito similares nos dois jornais mais “sensacionalistas”, a saber, o *Correio da Manhã* e o desportivo *Record*. Em ambos, o formato escolhido é o da entrevista “pingue-pongue”, com as questões a negrito e as respostas em caracteres normais, precedidas por travessão. Em oito das nove entrevistas publicadas no *Record*, a primeira pergunta é antecedida pelo nome do jornal, e o mesmo acontece com a primeira resposta, que é precedida pelo nome por extenso do entrevistado, sendo as restantes perguntas e respostas assinaladas com as iniciais destes. A nona entrevista limita-se a destacar a questão a negrito, solução preferida no caso do *Correio da Manhã* (em sete das entrevistas analisadas). Nas restantes duas, a primeira pergunta e a primeira resposta são precedidas pelo nome, por extenso, do jornal e do entrevistado, não se encontrando, porém, as iniciais nas seguintes. É ainda de salientar uma particularidade: o título das entrevistas no *Record*, extraído de uma declaração do entrevistado, é delimitado com aspas duplas angulares, cuja ocorrência não tem paralelo tanto nos jornais brasileiros como nos portugueses analisados, visto nestes se recorrer às aspas duplas curvas.

No *Diário Económico*, o formato predominante é o da entrevista “pingue-pongue”, com as perguntas a negrito e a resposta a “fino”, sem travessão, pois, das oito entrevistas selecionadas, apenas uma corresponde ao tipo “estilo indireto”. Neste jornal especializado, não raro os títulos são uma declaração do entrevistado, entre aspas duplas. A análise das cinco entrevistas “pingue-pongue” do jornal *Público* mostra que esta é, igualmente, a solução adotada: perguntas em negrito, seguidas das respostas a “fino”, ambas sem qualquer

travessão. É de realçar que alguns destes textos integram, por sua vez, declarações ou citações de outrem, citadas pelo entrevistado. Nas quatro entrevistas em estilo indireto, as aspas são as unidades pontuacionais usadas para destacar as declarações dos entrevistados. Os seus títulos são declarações completas do entrevistado, entre aspas duplas.

Eis o cômputo final das declarações textuais presentes nas entrevistas e delimitadas por aspas duplas: FSP (33); ESP (32); GLO (21); DE (24); PUB (50); REC (5); CM (3).

Considerações finais.

O presente estudo evidenciou a predileção dos jornalistas brasileiros e portugueses pelas declarações textuais de terceiros para corroborarem a informação jornalística por eles aduzida. Facto curioso é, aliás, o maior número de ocorrências deste recurso nos jornais ditos “mais sérios” (cf. *supra* Quadro n.º 2). A ausência de tal procedimento prende-se, geralmente, com a menor extensão dos textos jornalísticos. Assim, o recurso às declarações textuais parece ser uma prática comum no mundo da imprensa escrita, comprovada por Leonavičienė:

Étant véhicule d’information, la presse utilise plusieurs moyens possibles pour introduire des voix-témoins afin de parvenir à son tout premier but, celui d’informer et intéresser. La presse d’aujourd’hui montre la présence massive des citations, qui confirment les paroles du journaliste, créent l’effet d’objectivité, d’authenticité. (LEONAVIČIENĖ, 2007, p. 160)

Os sinais de pontuação presentes nos jornais brasileiros e portugueses para assinalar as declarações textuais ou citações de outrem seguem essencialmente as prescrições dos “manuais de redação” ou “livros de estilo”, cujas regras servem de pauta. A primeira solução pontuacional proposta – uso das aspas duplas, acompanhado de verbo dicendi – está presente em todos os jornais analisados, ainda que, n’O Globo e no Lance!, seja preterida pelo travessão duplo e pelos verbos dicendi. Ora, tal facto comprova a existência de dois subsistemas pontuacionais usados na imprensa escrita brasileira e portuguesa, para delimitar as declarações textuais. Embora ambas as soluções pontuacionais correspondam à “norma” exposta nos manuais, a segunda tem o efeito de aproximar o discurso jornalístico do ficcional.

Apesar de as aspas angulares – parte da herança latina – terem maior tra-

dição em Portugal²³ do que no Brasil, verificou-se que elas apenas ocorrem na delimitação das afirmações de pessoas ouvidas nas entrevistas do jornal Record, declarações essas que ofereceram o título a este género de texto jornalístico, facto que parece derivar de uma influência anglo-saxónica.

Por outro lado, a análise das entrevistas do tipo “pingue-pongue” confirmam a diversidade de soluções pontuacionais, quer entre jornais brasileiros e portugueses, quer entre os jornais de cada país, pois, além do jogo entre letra cursiva e/ou itálico e letra “redonda” para distinguir as perguntas das respostas, recorre-se ao travessão, ainda que este, na Folha de S.Paulo, curiosamente seja substituído pelo hífen.

Para finalizar, o uso das aspas simples no *Livro de Estilo do Público*, com denominação antiga de *plicas* ou *comas simples*, parece obedecer aos usos prescritos nos “manuais teóricos” dos jornais. A ocorrência deste *pontema* duplo nas declarações textuais não foi significativa, atribuindo-se à inserção de outras declarações nas notícias e reportagens. Salienta-se, por último, a presença deste sinal de pontuação em dez títulos (e um subtítulo) das entrevistas publicadas em jornais brasileiros, tal como preconizavam os manuais de redação do *Estado* e da *Folha*, em nome da economia de espaço, aspeto de maior relevo em qualquer periódico.

Referências bibliográficas.

- BARRETO, João Franco. *Ortografia da lingua Portuguesa*. Lisboa: Na Oficina de João da Costa, 1671.
- BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*, reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971 [1540].
- BEAUZÉE, Nicolas. *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. (2 vols.). Col. Grammatica Universalis. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommam Verlag, 1767.
- CASTILHO, José Felicidade de. *Tratado elementar da pontuação da lingua portugueza ensinada por meio de exemplos extrahidos dos melhores classicos, etc*. Rio de Janeiro: casa dos editores E. & Laemmert, 1870.

23 O Código de Redação Interinstitucional (em português) publicado pela União Europeia apresenta, por exemplo, “três níveis de aspas devidamente hierarquizadas”: as angulares, as curvas duplas e as curvas simples. Cf. <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-4100410pt.htm>.

- CATACH, Nina. *La ponctuation. Recherches historiques et actuelles* (Actes de Colloque), 2 vols. Paris-Besançon: Publication du CNRS, 1977-79.
- _____. La ponctuation. In *Langue française*, vol. 45, n.º 1. Paris: Larousse, 1980, pp. 16-27.
- _____. The grafem: its position and its degree of autonomy with respect to the system of the language. *New Trends in Graphemics and Orthography*. Berlin: Gruyter, 1986, pp. 1-10.
- _____. Retour aux sources. *Traverses 43 – Le génie de la ponctuation*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1988, pp. 33-47.
- _____. La ponctuation et l’aquisition de la langue écrite. *Pratiques*, n.º 70. Metz, 1991, pp. 49-59.
- _____. *La ponctuation*. Col. “Que sais-je?”. Paris: PUF, 1994.
- _____. La ponctuation et les systèmes d’écriture: dedans ou dehors? In DE-FAYS, Jean-Marc; ROSIER, Laurence et TILKIN, Françoise (eds) *À qui appartient la ponctuation? Actes du colloque international et interdisciplinaire de Liège*. Bruxelles: Ed. Duculot, 1988, pp. 31-43.
- CUNHA, Dóris A.C., ARABYAN, Marc. La ponctuation du discours direct des origines à nos jours. *L’information grammaticale*. n.º 102, 2004, pp. 35-45.
- DESBORDES, Françoise. *Idées romaines sur l’Écriture*. Lille: Presses Universitaires, 1990.
- DRILLON, Jacques. *Traité de la Ponctuation Française*. Paris: Gallimard, 1991.
- FOLHA ONLINE. História da Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm> Acesso em 09 janeiro 2013.
- KOMUR, Greta. Que se cache-t-il sous les guillemets dans la presse écrite française? *Synergies*. Pologne: Gerflint, n. 6, 2009, pp. 69-78.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983 [1576].
- LEONAVIČIENĖ, Aurelija. Le discours direct dans la presse politique. *Kalbotyra*, n. 57(3), Vilnius: Department of German Philology of Vilnius University, 2007, pp. 160-168.
- LUEGI, P.; COSTA, M. A.; FARIA, I. H. Mover para ler: o movimento dos olhos durante a leitura de textos. In XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL, 2007, pp. 431-445.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, José. La puntuación, In *Acta* online. Disponível em: <<http://www.acta.es/index.php/recursos/manuales-formativos-revista-digital/catalog?letter=l&start=40> > Acesso em 10 janeiro 2013.
- MARTINS, Eduardo. *O Estado de S. Paulo. Manual de Redação e Estilo*, 1997.

- Disponível em <<http://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/p.shtm>> Acesso em 09 jan. 2013.
- NUNES, Cristina Maria de Sousa. *A pontuação na Península Ibérica: doutrinas e prática em textos metalinguísticos portugueses e castelhanos do século XVII*. 2006. (Dissertação de Mestrado em Estudos Ibéricos). Universidade de Évora/Departamento de Linguística e Literaturas, Évora [texto policopiado, 165 pp.].
- PEREIRA, Bento. *Regras gerais, breves e compreensivas da melhor Orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina. & Portugueza, Para se ajuntar à Prosodia, Ordenadas pelo Author della o P. D. Bento Pereyra da Companhia de Jesus, Qualificador do S. Officio. Aprovadas por Varões peritissimos em huma & outra lingua. Dividemse em tres partes: a primeira he das regras commuas à lingua Latina, & Portugueza. A segunda he das tocantes só à Latina. A terceyra he das tocantes só à Portugueza*. Lisboa: por Domingos Carneiro, 1666.
- PONTES, José A. V. O Estado de S. Paulo. Disponível em <<http://site.estadao.com.br/historico/resumo/contil.htm>> Acesso em 09 jan. 2013.
- PÚBLICO, *Livro de Estilo*, 1998. Disponível em <http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/04-introducao.html> Acesso em 09 jan. 2013.
- RECORD. Record – A história. Disponível em <<http://www.record.xl.pt/info/historia.aspx>> Acesso em 09 jan. 2013.
- ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva”. In *Delta online*, vol. 13, n. 1, São Paulo, pp. 1997, 83-118. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501997000100005&script=sci_arttext> Acesso em 04 jan. 2012.
- _____. Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. In *Delta online*, vol. 14, n. 1, 1998, São Paulo, pp. 1-12. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100001&lng=en&nrm=iso> Acesso em 23 jan.01 2012.
- SEVILHA, San Isidoro de. *Etimologías*, vol. II (edición bilingüe preparada por José Oroz Reta y Manuel A Marcos Casquero; introd. general de Manuel C. Díaz y Díaz). Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993.
- TOURNIER, Claude (1980). Histoire des idées sur la ponctuation, des débuts de l'imprimerie à nos jours. In *Langue française*, n°45, 1980, pp. 28-40.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Veja, 1999.

UNIÃO EUROPEIA. *Código de redação interinstitucional*. Disponível em: <<http://publications.europa.eu/code/pt/pt-4100410pt.htm>>. Acesso em 15 de jun. 2013.

VERA, Álvaro Ferreira. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua Portugueza. Com hum tratado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portugueza com a Latina*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1631.

Recebido em 4 de julho de 2013.

Aceito em 5 de agosto de 2013.